



10.24065/re.v16i1.3095

ARTIGO

FORMAÇÃO DO GOVERNANTE NA BAIXA IDADE MÉDIA: reflexões sobre o livro da Virtuosa Benfeitoria na perspectiva da história da educação

FORMATION OF THE RULER IN THE LATE MIDDLE AGES: Reflections on the Book of Virtuous Beneficence from the Perspective of the History of Education

FORMACIÓN DEL GOBERNANTE EN LA BAJA EDAD MEDIA: reflexiones sobre el Libro de la Beneficencia Virtuosa desde la perspectiva de la historia de la educación

Terezinha Oliveira ¹ <https://orcid.org/0000-0001-5349-1059>
Meire Aparecida Lôde Nunes ² <https://orcid.org/0000-0002-0536-8117>
Rafael Henrique Santin ³ <https://orcid.org/0000-0002-8520-4592>

¹ Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Maringá, Paraná, CEP: 87020-900, e-mail: toliveira@uem.br

² Universidade Estadual do Paraná (UEM) - Campus de Campo Mourão, Paraná, CEP: 87302-060, e-mail: meire.lode@unespar.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) - Campus Campo Largo, Campo Largo, Paraná, Brasil, CEP: 83607-140, e-mail: rafael.santin@ifpr.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a formação do governante para o bom desenvolvimento de uma sociedade. O dirigente deve ser uma pessoa com formação intelectual e ética que possibilite agir visando ao bem de seus cidadãos e, no medievo, prover a benfeitoria aos seus súditos. Partindo dessa formulação, traz-se como fonte para o estudo *O livro da Virtuosa Benfeitoria*, de D. Pedro, Duque de Coimbra, dirigida a seu irmão D. Duarte, futuro rei de Portugal. Elaborado como espelho de príncipe para orientar o futuro rei sobre como deveria governar para promover o bem das pessoas e instituições, D. Pedro a escreve segundo o conhecimento medieval, seguindo os princípios da escolástica, fundamentando-se em Aristóteles e Tomás de Aquino. Para o autor, o governante e suas ações são tão importantes para o Estado como a cabeça o é para o corpo. O líder precisa ter uma formação que oriente as suas ações com vistas a atender os interesses do Outro, nunca privilegiando os seus particulares. A reflexão sobre a obra entende não se tratar simplesmente de estudar o passado, mas conhecer as ações dos homens de outros tempos para tirar proveito de suas ideias. Retomar um intelectual do passado e analisar seu projeto de governante não é uma tentativa de construir uma história total, mas considerar como as ações humanas se processam, como são delineados os projetos educativos e isso somente se torna possível por meio dos fundamentos teóricos da história social e dos conceitos de longa duração e memória.

Palavras-chave: Intelectual; Formação Humana; Governante; Bem Comum.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the formation of the ruler for the proper development of society. The leader must

possess intellectual and ethical formation enabling him to act for the good of his citizens and, in the medieval period, to provide benefaction to his subjects. Drawing, as a source, on *The Book of Virtuous Benefaction* by Dom Pedro, Duke of Coimbra, addressed to his brother Dom Duarte, future king of Portugal, the study analyzes a mirror of princes composed to teach the future king how to govern and promote the welfare of people and institutions. Dom Pedro bases his arguments on Aristotle and Thomas Aquinas, writing in accordance with medieval scholasticism. For the author, the ruler and his actions are as important to the State as the head is to the body. The leader's formation must guide his actions toward serving the interests of the Other, never privileging private concerns. Reflecting on this work is not merely an exercise in studying the past, but rather an examination of how men from other eras acted, in order to draw profit from their ideas. To revisit a medieval intellectual and analyze his project for the ruler is not an attempt to construct a total history. Instead, it seeks to understand how human actions unfold and how educational projects are delineated. This approach is made possible through the theoretical foundations of social history and the concepts of the *longue durée* and memory.

Keywords: Intellectual; Human Formation; Ruler; Common Good.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la formación de un gobernante para el buen desarrollo de una sociedad. Un líder debe ser una persona con una formación intelectual y ética que le permita actuar por el bien de sus ciudadanos y, en la Edad Media, por el bienestar de sus súbditos. Partiendo de esta premisa, utilizamos como fuente para este estudio *El Libro de la Virtuosa Beneficencia*, de D. Pedro, duque de Coímbra, dirigido a su hermano D. Duarte, futuro rey de Portugal. Escrito como un espejo para un príncipe, con el fin de guiar al futuro rey en su gobierno para promover el bien de las personas y las instituciones, D. Pedro lo redactó según el saber medieval, siguiendo los principios de la escolástica, basados en Aristóteles y Tomás de Aquino. Para el autor, el gobernante y sus acciones son tan importantes para el Estado como la cabeza para el cuerpo. El líder necesita una formación que oriente sus acciones hacia el servicio de los intereses ajenos, sin privilegiar jamás sus propios intereses. Reflexionar sobre este trabajo permite comprender que no se trata simplemente de estudiar el pasado, sino de entender las acciones de personas de otras épocas para aprender de sus ideas. Revisitar a un intelectual del pasado y analizar su proyecto como gobernante no implica construir una historia completa, sino más bien considerar cómo se desarrollan las acciones humanas, cómo se configuran los proyectos educativos, y esto solo es posible a través de los fundamentos teóricos de la historia social y los conceptos de perspectivas a largo plazo y memoria.

Palabras clave: Intelectual; Formación humana; Gobernante; Bien común.

Figura 1 – Retrato do Infante D. Pedro



Fonte: Crónica dos Feitos da Guiné. Códice de Paris (fl. 5vº e fl. 6).

INTRODUÇÃO

Em tempos tão complexos como o que vivemos, com profundas desigualdades sociais, econômicas, culturais, em meio a conflitos militares entre diversos países que indicam, cotidianamente, a iminência da terceira guerra mundial, que poderia dizimar grande parte ou mesmo todo o planeta, em virtude de bombas nucleares, trazer para a reflexão a obra de um autor do início do século XV, ou comumente entendido como o outono medieval português, pode parecer uma anomalia.

Com efeito, retomar um personagem como o Infante D. Pedro ou Duque de Coimbra (1392-1349) e sua obra, *O Livro da Virtuosa Benfeitoria*, no qual propalava a formação do governante por meio da virtude, enfatizando que todas as suas ações como líder deveriam ser norteadas com vistas ao bem de seus súditos e de suas Instituições (Ribeiro, 2022), pode ser considerada uma utopia e, por isso mesmo, tema de pouco interesse para estudiosos da história e da história da educação. Contudo, a nosso ver, é emergencial retomar o seu exemplo para pensarmos os problemas que abalam as sociedades e instituições contemporâneas, especialmente as brasileiras no século XXI (Freire; Rolim; Xavier, 2025). Algumas ponderações precisam ser feitas antes de adentrarmos na análise da obra.

Em primeiro lugar, o Infante D. Pedro é um nobre de alta linhagem, filho de um rei que inaugura uma dinastia na coroa portuguesa, a de Avis, portanto, está apresentando uma Paideia

de governante para uma sociedade hierarquizada, capitaneada por um monarca absolutista, muito distante da nossa perspectiva de sociedade equitativa, ao menos em termos jurídicos, uma vez que nossos governantes são eleitos, posto que nossos regimes, na maioria, são democráticos, ao menos na parte que denominamos ‘mundo ocidental.

Em segundo lugar, outro aspecto que também pode turvar a recepção desse estudo e, por conseguinte, da obra de D. Pedro, na terceira década do século XXI, incide no fato do Duque de Coimbra ser um autor europeu que apresenta uma perspectiva de sociedade fortemente estruturada, ainda, pelo modo feudal das relações sociais e suas respectivas instituições, particularmente a igreja e a nobreza. Para nós, essas duas questões podem ser ponderadas à luz da história e da história da educação.

A primeira admoestação pode ser respondida por duas vias: a primeira incide no fato de que o regime monárquico foi uma forma de governo que respondia às condições históricas dos homens no século XV, portanto, não deveria ser comparada com regimes políticos de outros tempos que não o do seu próprio. A segunda deita suas raízes no fato de que a cultura erudita, no período medieval e início da modernidade, estava associada aos religiosos e aos nobres, uma vez que estes representavam os segmentos que tinham acesso a escrita e a leitura, portanto, os únicos capazes de conservar os autores clássicos da antiguidade e do medievo e, mais, podiam tirar proveito de seus ensinamentos, especialmente em relação a formação moral e intelectual dos homens. Sob este aspecto é preciso destacar a erudição de D. Pedro na história e filosofia antiga e escolástica. No livro da virtuosa benfeitoria, a presença de Platão, Aristóteles, Sêneca e Tomás de Aquino é uma constante. A ideia de política é claramente aristotélica, de governo é senequiana e tomasiana e a de virtude é, por essência, influenciada por Tomás de Aquino. Nesse sentido, não seria possível rechaçar e criticar as formulações do autor em virtude das condições históricas de sua época.

A segunda admoestação é, indubitavelmente, de natureza política e marca a historiografia contemporânea que busca combater as influências socioculturais, de natureza eurocentrista, como um caminho para sepultar a dominação que os povos latinos, africanos, indígenas, enfim, todas as minorias que foram subjugadas pelas conquistas europeias coloniais e pelo neocolonialismo imposto a essas regiões pelas práticas imperialistas de fins do século XIX e primeira metade do século XX (Carniel; Lacruz; Américo; Mathias, 2024).

No âmbito moral, dificilmente alguém poderia negar que esses processos foram violentos e, à luz das lentes do século XXI, profundamente injustos e desumanos, mas, como historiadora e historiadora da educação, não podemos ver as ações dos homens a partir de uma

perspectiva de julgamento, mas analisar o passado considerando os aspectos reais das relações e dos atos humanos. Precisamos observar como as relações eram travadas no cotidiano mediado pelas necessidades do tempo, particularmente, sobre a nossa época, pois temos que ter ciência que o nosso tempo traz problemas e crises, particulares ao nosso tempo e que só podem ser solucionados por nós, homens do presente.

Além disso, não podemos descurar das formulações apresentadas por autores do passado que nos alertam acerca da importância de conhecer e salvaguardar as raízes da civilidade. O primeiro é Montesquieu (1689-1775), no *Espírito das Leis* (Montesquieu, 2023) que, ao tratar das leis feudais, chama-nos a atenção de que não se pode apagar o passado, sob pena de não compreender o presente. Para defender seu argumento, o autor faz uma analogia com um carvalho e salienta que ao se deparar com um carvalho ao longe, fica-se admirado com a sombra frondosa de suas folhas, no entanto, toda a beleza só pode ser mantida pelas raízes que ninguém vê e sem as quais não existiria a árvore. A segunda é Arendt (1906-1975), que em vários de seus escritos, em particular, no texto sobre a Crise na Educação (Arendt, 2022), nos lembra sobre a importância de ‘nossos pais’ para a permanência da sociedade e o combate à dissolução das instituições. Ela exemplifica seu argumento ressaltando que uma criança é um ser novo em um mundo velho e, portanto, para se formar precisa de um adulto que zele por sua condição física e a eduque intelectualmente.

Diante dessas reflexões, ressaltamos o objetivo deste texto que é analisar o projeto de boa governança n’*O Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro, reiterando o fato que, para o autor, o governante deve ser um líder que possua virtuosidade e a pratique com a finalidade de promover a benfeitoria para seus súditos e instituições.

Ao seguirmos o caminho da história social para pensarmos a perene necessidade de formação humana, especialmente, a do governante, consideramos relevante nos apropriarmos dos conceitos de longa duração, apresentados por Braudel (2011), e os de memória de Le Goff (2003) e Ricoeur (2008) para analisarmos as reflexões do Infante no seu projeto de formação do governante.

Para nós, a sociedade e seus estudos, isto é, a História, são complexos, possuindo inúmeros aspectos que, por vezes, parecem contraditórios. Essa percepção da história apreende a mudança verificada na forma do homem entender e ser por ela entendido. Trata-se de um movimento profundo, coletivo, social, silencioso no sentido de que não é apreensível pelos sentidos daqueles que o vivenciam. Não pode ser atribuído a indivíduos isolados, pois permeia a vida de cada homem nessa ‘realidade entrecruzada’. Os acontecimentos que resultam das

ações humanas podem ser analisados pela história no conjunto das forças que, segundo Braudel (2011) se destacam da ideia de indivíduos afetados por contingências. Esse procedimento encontra-se entrelaçado com os pressupostos teóricos e os objetivos da nossa reflexão, pois, ao trazermos *O Livro da Virtuosa Benfeitoria* como *speculum* de príncipe, tomaremos como referência também os escritos do mestre Tomás de Aquino (1997) que evidenciam que as ações humanas devem convergir para o bem e as ações do governante devem ser exemplos do Bem. Do seu ponto de vista, o governante é tão importante ao corpus da sociedade quanto a cabeça é vital à existência do corpo humano. Esse mesmo entendimento, de que aquele que governa deve possuir as qualidades que o tornam digno de respeito – dito de outro modo, que suas ações devam ser praticadas com vistas ao bem –, é encontrado n’*O Livro da Virtuosa Benfeitoria*.

Para D. Pedro, todo aquele que, por alguma razão, exerce a função de governar deve ter, em si, a virtude. Para o Infante, todo homem deve, por bem, amar ao outro, porque ele é o seu semelhante. Assim, para que exista um bem viver na sociedade é preciso que todos auxiliem a todos. Contudo, aqueles que, por seu estado e condição de poder, governam os demais, devem possuir maior virtude e precisam, indubitavelmente, promover a ‘benfeitoria’ a todos. Assim, a preocupação com a benfeitoria deve ser qualidade ‘inerente’ daquele que é responsável pelo governo. É essa qualidade de bem e de bondade que D. Pedro aconselha D. Duarte possuir quando for o rei de Portugal. Para ele, o governante é o pai natural de seus súditos.

Assim, nossa questão é refletir sobre a importância política de se projetar um governante cujo ‘primeiro motor’ de suas ações seja promover o ‘bem’ ou a benfeitoria de seus súditos. É, pois, sob este aspecto que se torna relevante o conhecimento da história, para tomarmos ciência de propostas de governos de outros tempos, como as apresentadas por Tomás de Aquino (Ezídio, 2021; Streffling, 2021; Oliveira, 2022) e D. Pedro, para conservar a possibilidade de ‘pensar’ nesse modelo de governante cujo objetivo central seria a promoção do bem e da benfeitoria. Desse modo, nosso estudo sobre *O Livro da Virtuosa Benfeitoria* pressupõe que não se trata simplesmente de estudar o passado, mas de entender as ações dos homens de outros tempos para tirarmos proveito de suas ideias, de seus exemplos e de seus acertos e erros.

Por conseguinte, ao retomarmos um intelectual do passado e refletir sobre o seu projeto de sociedade e de governante não constitui uma tentativa de compreender o ‘total do universo’, mas, entender como as ações humanas se processam, como são delineados os seus projetos educativos e isso somente se torna possível por meio da lente da história.

Ao tomarmos esse caminho não nos ativemos às duas admoestações que levantamos acima, pois, ainda que não descuremos do fato de D. Pedro ser um nobre, um lídimo

representante da dinastia de Avis e, ao mesmo tempo, ser um europeu do outono medieval português. Procuramos recuperar a sua obra para refletirmos sobre quão é importante, no contexto do século XXI, ter presente a importância da formação da pessoa que se torna nosso governante. Do mesmo modo que Montesquieu e Arendt, é preciso buscar no passado um propósito de Paideia de governança ou de um *speculum* de príncipe.

Assim, é com esta perspectiva que voltamos à obra do Infante D. Pedro.

AUTOR

O Infante D. Pedro foi um dos mais expressivos intelectuais portugueses do século XV. Segundo filho de D. João I (1357-1433), primeiro monarca da dinastia de Avis, e de D. Felipa de Lencastre (1360-1415), teve uma formação erudita, especialmente pelo fato de sua mãe, além de pertencer à alta nobreza inglesa, ter tido uma preocupação constante com a formação intelectual dos filhos. Sabe-se, também, que a biblioteca de Avis era uma das que mais possuía títulos no alvorecer da modernidade (Martins, 1993).

Além da obra aqui analisada, D. Pedro foi responsável pela tradução da obra de Cícero Sobre os deveres (*Dei officiis*) e autor da importante Carta de Bruges, escrita em 1426. Trata-se este de um documento de cerca de 40 páginas, nas quais seu autor faz um relatório minucioso sobre os males do reino e apresenta soluções para eles. De acordo com Martins (1993), essa carta foi considerada um programa político enviado a D. Duarte, com orientações sobre os caminhos que o reino deveria seguir. Nela há, ainda, uma proposta de reforma para a universidade portuguesa de modo que essa instituição pudesse seguir os mesmos passos da universidade de Paris que era, a seu ver, um modelo para a universidade do reino.

O duque de Coimbra também ficou conhecido como o Infante das sete partidas, por ter realizado uma viagem, durante dez anos (1418-128), pelas regiões comerciais mais importantes da Europa, como Flandres, Inglaterra, Itália, dentre outros territórios, e no Oriente, a Terra Santa, pois, no seu entender, era fundamental conhecer a cultura e a economia dos países para poder travar relações em todos os níveis de modo a beneficiar o reino português. Detalhe importante dessas viagens, elas foram subvencionadas, em grande medida, por recursos de integrantes do Terceiro Estado português (Martins, 1993).

A descrição de Oliveira Martins, por ocasião da chegada de D. Pedro à Itália, nos permite ter uma ideia da sua importância política para as regiões então visitadas.

D. Pedro entrava em Veneza quase como um soberano vizinho: duque da marca de Treviso, que noutro tempo pertencera à República, e de onde ela extraía as madeiras para as suas frotas, por onde seguiam as estradas que as punham em relação com o centro europeu. Trazia consigo o Infante um cortejo de trezentos cavaleiros, e a República, decidindo recebê-lo faustosamente, mandou ao seu encontro quatro embaixadores. Esperava-o o doge com os senhores da cidade, na galé sacrossanta da República, o Bicentauro, no meio de uma frota magnífica de tropa (Martins, 1993, p. 109).

É preciso ressaltar, também, que, embora Oliveira Martins seja um historiador reconhecido, o texto sobre os filhos de D. João tem um forte caráter laudatório. Todavia, isso não impede de explicitar os custos financeiros dessa viagem em virtude do cortejo de pessoas que precisavam ser sustentadas para acompanhar e prestar serviços ao Infante e não poderia ser diferente, em razão dos ataques, das intempéries do tempo etc. A recepção a D. Pedro evidencia como era reverenciado e, ao mesmo, o poder econômico do reino português, pois as autoridades mais ilustres da cidade recepcionavam com honra o visitante.

Em sua breve vida, após a morte de D. Duarte, tornou-se regente do reino, entre 1440 e 1449, e tutor do seu sobrinho, que viria a ser o rei Afonso V e genro de D. Pedro. O Infante foi morto em 1449, na batalha de Aljubarrota, em virtude das disputas entre as forças que apoiavam a rainha D. Leonor de Aragão (1402-1445) e aqueles que apoiavam o infante.

Esse relato biográfico nos permite ressaltar que o Infante D. Pedro foi um intelectual comprometido com as ações políticas e econômicas do seu reino e sua obra, base desse estudo, escrita entre 1430 e 1433, é um termômetro desse vínculo entre a sua formação teórica e a sua prática política.

O LIVRO DA VIRTUOSA BENFEITORIA

Cabe salientar que as considerações e citações da obra foram extraídas da edição *Trauctado da Virtuosa Benfeiturya*, que se encontra no livro *Obras dos príncipes de Avis*, com introdução e revisão de Lopes de Almeida, editada pela Lello & Irmãos Editores. Também tivemos acesso ao manuscrito original que está acervado na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva, Viseu, Portugal, (D. PEDRO, Duque de Coimbra e VERBA, Frei João – *Livro da Virtuosa Benfeitoria* [manuscrito]. [c. 1430/1433]. 133f. perg. Cofre 12). Além da obra original, tivemos acesso igualmente ao estudo de Anabela Costa (2012), que fez um estudo técnico da composição física do livro e nos dá elementos importantes acerca da história desse livro, permitindo, dessa maneira, ter acesso ao conteúdo teórico e à sua confecção.

De acordo com Costa, o manuscrito circulou por quase seiscentos anos entre mãos distintas, como nobres, religiosos, entre Coimbra e Lisboa, até ser acervado no Museu de Viseu. A autora traz, de maneira muito acurada, descrições acerca da tinta da escrita, da tinta das iluminuras, informando, mesmo, que teria sido contratado um artista para fazê-las. Relata, ainda, que o livro foi escrito em partes. Seu estudo chega a minúcias, abordando a forma como o livro foi costurado e do pergaminho no qual foi escrito.

Pergaminho de ovino de um amarelo claro homogêneo e excelente qualidade, comprovada pelos seus cerca de 0,1mm de espessura [...] A escolha da pele de ovelha não é de todo aleatória. Com uma maior capacidade de reprodução do que a cabra e um ciclo de vida útil menor do que a vaca, a ovelha perfila-se como o animal ideal para a manufatura do *pergaminho*, uma vez que, devido à disposição da sua estrutura pilosa, a sua pele é mais facilmente adelgada logo, mais susceptível de receber bem as tintas a utilizar no texto e sua ornamentação (Costa, 2012, p. 2).

O cuidado na escolha do pergaminho, descrito por Costa, explicitaria a preocupação de D. Pedro com a qualidade física do livro, de modo a assegurar a sua preservação. Assim, conservaria as ideias que estava propalando. A qualidade do pergaminho conservaria a memória dos princípios que defendia e, nesse aspecto, o autor estava correto, pois a qualidade do manuscrito, visitado recentemente, faz com que a obra, com mais de 600 anos, seja preservada.

Esse mesmo zelo é verificado quanto a qualidade das iluminuras. A escolha das cores, das tintas, da filigrana de ouro, todos os detalhes evidenciam o cuidado com a beleza da obra. “Com exceção do *Livro Primeiro*, de todas as *iniciais de Livro* partem pequenas *tarjas de estilo francês* –motivos vegetalistas (flores, folhas e frutos) decorados a ouro, azul, rosa, verde, vermelho e preto” (Costa, 2012, p. 15).

FIGURA 2- Página inicial e tarja do Livro Quinto



Fonte: Livro Quinto, f. 95[99].

O esmero com as características físicas do livro nos possibilita ponderar acerca da responsabilidade desse intelectual em relação à exposição de suas ideias, pois não se trata apenas da escrita de suas concepções, acerca da formação e atuação do governante, mas também em tornar público um livro com uma qualidade durável e uma aparência bela. Seguindo os princípios escolásticos, D. Pedro, concebe e zela pela obra em sua totalidade.

Após tecermos considerações sobre a estrutura física do livro, adentremos para as questões teóricas que ele nos traz.

Logo no início, D. Pedro coloca em destaque o seu lugar como súdito do rei e evidencia a ‘obrigação’ que tem para com o rei e para com a escrita do livro.

Vosso seruidor per obrigação de sangue e naçom e pura uoontade, uossas maaõs beyiando humildosamente em merçee e beençom uossa me encomendo, Senhor muito nobre de grande alteza, pero que de boodcos de muytos cuidados, e grandes rrochas de feytos stranhos seia cercado uosso coração. Eu nom creio porende nem cuido que assombramento me podem trazer de squeeçimento que seia dâpnoso em aquellas cousas hu compre lembrança. Porem som certo que bem acordado serees que ao tempo que muy poderoro e alto príncipe Elrey senhor nosso euue cortes por percebimento da guerra sperada com os castellãos em sanctarem onde ambos erees presente ele uos me preguntastes em que ponto eu termo statua huu liuro dos beneffiços entom chamado, que eu começara em aquelle anno. E eu uos disse que ie era fyndo segundo preposito e tençom primeira, que eu ouuera em o começar. Mais sendo per my despois prouehudo, muy muytas cousas achei em ele que pareciam per my muytas cousas achei em ele que pareciam bem dignas de emenda. E muytas mais que a meu entender, em ele deuiam ser acreçentadas. E auendo emenda com tall adimento, qual eu tynha em minha tençom, seria hu liuro assaz perteeçente para os príncipes e grande senhores, mais que a mym cuidados atantos e tam grandes sempre, recream, que de acabar muyto doudaaua (D. Pedro, 1981, p. 529, grifo nosso).

O autor reconhece que deve respeito a D. Duarte, em primeiro lugar, por ser seu súdito e, em segundo, pela relação consanguínea, posto que é seu irmão. Em seguida, destaca a relevância do rei como pessoa poderosa, detentor do poder em diversos territórios, destacando ser preciso ter em conta o que vai no seu coração, ou seja, é importante considerar os sentimentos do rei. D, Duarte. Em seguida, lembra ao rei o momento em que lhe foi solicitado que escrevesse essa obra sobre benfeitoria: era uma situação de guerra na qual as funções do líder precisam ser muito claras e objetivas, pois as suas ações definirão o destino de seu povo. É necessário esclarecer que a batalha que D. Pedro menciona foi travada antes de D. Duarte tornar-se rei e ambos estavam em posições equitativas, ainda que, sabidamente, por ser o primogênito estava definido que ser ele que assumiria o trono. Contudo, a narrativa deixa claro a confiança de D. Duarte nos conhecimentos intelectuais de seu irmão, a ponto de solicitar-lhe uma obra que apresentasse um plano sobre a arte de bem governar.

Ainda nesse momento de apresentação da obra, D. Pedro chama atenção para o fato de ter demorado muito tempo para finalizar o livro e apresenta a justificativa para tal atraso.

E uos me dysestes que me trabalhasse de o acabar, porque nom auia tempo alguu atam embargado per huu cuidado que ele no desse logar, e spaço de homem cuidar em outras cousas assaz muy pequenas. E Elrey disse que nom perteeçia aos cuidados da guerra mesturas dos pensamentos que fossem alheos porque em sy eram eles atam grande, que bem parece que outros com ellos no coração nom podem caber. E que porem de compoer liuro nem de cuidado outro semelhante, por cousa alguma me nom trabalhasse (D. Pedro, 1981, p. 530).

Seus argumentos nos permitem traçar um paralelo com o intelectual contemporâneo, pois, as atividades ‘pequenas’ do cotidiano, segundo D. Pedro, o impediram de se dedicar totalmente à redação da obra. Suas alegações sobre a dificuldade de se dedicar plenamente ao estudo nos lembram o cotidiano de um intelectual, professor universitário contemporâneo, envolvido com as demandas burocráticas e administrativas, tendo dificuldade para se dedicar integralmente às suas atividades de estudo.

E porque das virtudes ham pouco costume, lhes parece forte fazer o que ouuem. E outro respeyto que podem filhar em qualquer uirtude, e também em esta he que a fraqueza humanal de sy, nem per sy nom he poderosa de chegar aas perffeições dellas. [...]. E nos assy as nossas uoontades sempre fundemos em as perffeyções, mais altas e moores das nobres virtudes. E quando dalli parte falleçermos, chegaremos aa dereita regla de moralidade e de poliçia. E em este liuro poderam achar algumas sentenças que signifficações teem desuayradas, mas pois a entençom do fazer da obra he em bem fundada as melhores deuem de filhar. Pero muy honrado e nobre senhor estas scusas a uos nom perteeçe, porque o sabedor dos feytos alheos tem em costume julgar de ligeyro. E do que he dicto com boa tençom, a sentença tira sempre aa melhor parte de sy porque tenho tam grande feuzo no que ey sentido da uossa merçee, que som certo que affeyçom nos feuzo no que ey sentido da uossa merçee, que som bem certo que a affeyçom uos fara a obra julgar por melhor alguma parte do que ella he, conheçendo que ella foy feita per minha diuisa e per meu acordo [...] (D. Pedro, 1981, p. 530).

Ao prosseguir na explanação do tempo que levou para finalizar a escrita e o sentido da virtude, D. Pedro ressalta o fato de que essa qualidade não se encontra em todas as pessoas, ainda que devesse estar. Fortemente influenciado por Aristóteles, Sêneca e Tomás de Aquino, entendia que a virtude deveria ser parte da essência da pessoa, portanto, de acordo com a formação da pessoa, ela agiria para o bem em decorrência de conhecer a virtude. Contudo, D. Pedro observa que, como as pessoas são conduzidas por suas vontades, as ações decorrentes destas evidenciam ou não a presença da virtude nos atos humanos. Por conseguinte, o autor tem consciência que o livro pode ter erros, mas a sua vontade é de difundir a virtude como um bem e D. Duarte, por ser uma pessoa sábia, reconheceria a intenção virtuosa do autor.

E porem se inclinou a minha uoontade a fazer esta obra, aos príncipes muy perteeçente, antre os quaaes per merçee do nosso emperial e infyndo senhor, eu fuy gerado sem proprio mereçimento. E como ella he necessária. E quanto mais a eles que aos outros homees, mostrasse per as seguintes rrazões, das quaaes a primeira fundada sobre a desposiçom conuenhauel he aquesta. Aaquelles he mais perteeçente a enssinança, que som melhor despostos a usar do que aprenderem. Segundo ueemos que a arte do canto mais deueseer ensinada a quem tem boa uoz e acordante, e he poderoso pera bem usar de musica, que ao rouco e desacordante, o qual nunca pode seer por noz nomeador cantor. Semelhauelemente porquanto os príncipes som posuydores das rriquezas temporaaes, de que a muytos podem fazer bem e merçees. Mostrasse que eles teem melhor desposiçom pera usar daquesta doutrina, que os outros homees, os quaaes aynda que a saybham e queyram poer em ora per constrangimento da mingua, çessam de ffazer o que desejam. A ij razom fundada em o bem que sse deste aucto pode seguir he tall. Tanto he cada huu mais theudo de aprender a cousa quanto da usança de seu saber por recreçeer a elle mayor proueyto. Porem como os príncipes per as grandes merçees e benffeyturias gaançem proueyto honroso. Segundo se mostra em Iulio cessar. o qual se quisera em ssy ençarrar o thesouro de Roma, nom guaançara o emperio que per aazo da sua grandeza foy cobrado. Pareçeme que a eles he compridoyro este saber perque aprendam que nom deuem desconder seus tesouros em torres e em arcas, nem ençarralos como faz a sponia o licor, mas despendellos por guançar leal bem querença em os corações dos boos sogeytos. A qual lealdade se he fundada em boa natureza per bem e merçees recebe acrescetaento, que traz honrrosa e proueytosa fama ao outorgador. A iij razom tem sua rraiz em a conueniença do nome e he aquesta. Quem mais verdadeiramente possui o nome dalguu offiçio mais lhe he compridoyro de saber husar dele (D. Pedro, 1981, p. 536, grifo nosso).

Nessa passagem o autor mostra a sua compreensão dos papéis que as pessoas ocupam nas relações sociais, especialmente, em relação àqueles que possuem poder e riqueza, que podem favorecer aos demais segmentos da sociedade, nos aspectos mais amplos. As pessoas que possuem mais sabedoria seriam capazes de ordenar as suas vontades, leia-se seus atos, no sentido de promover benfeitoria na sociedade.

Sob esta perspectiva, o rei/príncipe seria a pessoa mais indicada para praticar ações virtuosas e benéficas, pois possuía conhecimento, poder político e riqueza para promover o bem. Assim, sua vontade deveria ser dirigida para tal fim e por isso o rei precisa ter consciência da boa governança. Mais ainda, precisa incutir naqueles que recebem benfeitoria, neste caso, os cargos administrativos do reino, a necessidade de agirem com vistas ao bem dos todos.

Diante dessa proposta, as pessoas só poderiam agir para o bem caso fossem talhadas para as funções que ocupassem. O Infante retoma o livro II da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles (2024), para fazer uma analogia entre as funções de benfeitoria que cada pessoa ocupa com o artista que toca cítara ou o cantor, para destacar que as habilidades que estes possuem, por meio do conhecimento e do talento, é o que os tornam bons em seus respectivos ofícios. Deveria ser o mesmo para o rei e seus administradores, pois estes deveriam ser modelados para seus respectivos ofícios. O rei, portanto, não deveria, a seu bel prazer, movido por interesses

particulares ou escusos, conceder benfeitoria a alguém que não tivesse condições de fazer benfeito o bem para a comunidade.

Nesse projeto de governança, a fidelidade ocupa lugar central. Lembremos que fidelidade é um comportamento ‘natural’ às relações feudais, em especial entre o senhor feudal, seus vassalos e servos. Não podemos ignorar o fato de que estamos ainda sob a égide desse regime quando da escrita do livro de D. Pedro. Logo, na esfera do governo monárquico ou não, a fidelidade com o programa de governo do reino ou de nação é essencial para que o projeto de sociedade seja exitoso.

Outro aspecto da obra que evidencia a consciência política de D. Pedro em relação ao papel do monarca e da nobreza na *ordo* social, da baixa Idade Média portuguesa, refere-se ao entendimento filosófico da natureza dos atos humanos.

Sempre a nobre uontade traz consigo desejo, para bem fazer prestando a outrem. E sentindo que he obrigada depoer em obra o bem que lhe per outrem he de fora mostrado, conhece que he theuda de acabar a perffeyçom a que a enclina sua natureza. E pois que esto lhe dar benefiçios e fazer merçees seguesse que de tall aucto deuemos usar. E pois he ia fallado das suas perffeiçoões e das cousas que nos a ello mouem, ueiamos agora quem deue tall aucto poher em obra. E acharemos que a esto todo somos theudos, segundo se prouara per algumas rrazões, das quaaes a primeyra he fundada em as bondades que o nosso senhor nos outorgou em a cryaçom. Pera cuio conheçeminto saybhamos que as nossas almas, de sua natureza teem propriedades que som chamadas poderios naturaas. E destes usando ellas bem, geerom dentro em sy uirtudes, das quaaes naçem auctos dentro em sus sustâncias (D. Pedro, 1981, p. 576).

A natureza do homem, como ser humano, de acordo com o autor, é ser virtuoso para fazer o bem, portanto, todos os seus atos devem produzir ações positivas para o outro. Logo, todas as pessoas podem fazer benfeitoria por possuírem essa condição por essência. Inclusive, até mesmo os servos, segundo D. Pedro, promovem benfeitoria aos seus senhores, pela natureza de suas ações. Nesse sentido, a virtude oriunda do conhecimento que cada um possui é de utilidade à sociedade como um todo, independente da sua função, portanto, deriva da natureza intelectual da pessoa ser virtuosa e estar na vida comum, pois disso deriva a consciência de que suas ações devem sempre ter em conta o bem da sociedade.

A concepção de D. Pedro, que associa o conhecimento intelectual às ações virtuosas, lembrando que a ideia de conhecimento, no entendimento de uma benfeitoria ‘universal’ não está vinculada ao conhecimento erudito, mas à formação moral da pessoa. Em outras palavras, o fato de cada pessoa saber que existe em razão do coletivo, estaria vinculada à recepção que o autor tem dos autores antigos e medievais, portanto, da escolástica.

Ao longo de todo o livro da *Virtuosa Benfeitoria*, o autor remete-se às ‘autoridades’ antigas como Aristóteles, Sêneca, Cícero, Tomás de Aquino para fundamentar seus argumentos.

E pera melhor conhoçimento daquesto, ssaybhamos que Aristotilles no iij liuro da moral philosophia, e tullio em sua rectorica, poseram viij çircostancias perteeçentes aos auctos do homees. As quaaes som cousas desuayaradas, fora da sustância do aucto e conueem a elle assy como seus acçidentes. E pera declaraçom desto, o Doctor sam thomas no primeyro liuro da ij parte da soma de theolisya nos ensina que circumstancia quer dizer cousa que he fora de sustância do aucto, e em algua guisa perteeçe a elle. E aqu eesto pode seer por três maneyras porque ou lhe perteeçera em rrazom do aucto em sy. E ao modo porque elle he feyto circumstanças do aucto. E sse lhe perteeçer por aazo da obra, que per o aucto he feita, diremos que a cousa que alguém fez he a çircunstancia do aucto, que he seu obrar. E a iij maneira de çircunstancia conuem ao aucto, segundo comparaçom das suas causas. Estonçe consyrando a causa fazedor principal, aprenderemos quem fez o aucto. E por a causa fazedor stromental. Saberemoscon que aazos e ajudas tal aucto he posto em obra. E sse consyrmarmos a causa material, ueeremos a que cousas o aucto he feito (D. Pedro, 1981, p. 564).

Ao retomar autores do passado, o autor patenteia ser um intelectual que sabe e preserva a importância da tradição do conhecimento para entender a natureza das pessoas, bem como compreender que os atos humanos são derivados de circunstâncias que o afetam e o influenciam. São, por conseguinte, acidentais. É a formação moral da pessoa que interfere no modo como os acidentes definem os seus atos. Assim, a permanência de uma tradição de conhecimento ao longo do tempo é que possibilita a D. Pedro refletir sobre a virtude e os atos humanos e apresentar um projeto de governo e, nele, a formação da sociedade como um todo.

A reflexão de D. Pedro nos permite estabelecer aproximações com conceitos chave de nosso caminho teórico metodológico de fundo permanente de Bloch (2001) e de longa duração de Braudel (2011), que nos afiançam que na história e nas ações das pessoas há a permanência da existência da humanidade. Em virtude disso é necessário conhecer autores e acontecimentos de outros tempos para entender nosso próprio tempo, do mesmo modo que o Infante D. Pedro.

Só após a compreensão da importância de governo, do entendimento das ações humanas a partir de sua formação virtuosa é que podemos considerar o conceito de benfeitoria apresentada pelo Infante D. Pedro.

Toda perssoa que he obrigada pera possuyr uirtudes, he neçessariamente theuda, a usar de seus auctos segundo requiere seu stado e abrange seu poder. E pois nos somos obrigados per precepto pera amar deos e os prouiximos mostrasse que lhe deuemos benquerença, da quall se segue o aucto da benffeytura, de que somos theudos a usar com aquelles que o am mester. A ij razom he esta. Cada hua cousa he theuda a fazer aquello que a su uirtuosa natureza requiere. E segundo diz o philosopho toda anymalia ama a que ella he semelhante. E propriedade do amor he, nom pode sser ouçioso, nem cessar de obrar o que entender que há compridoyro as cousa amada. Porem se segue desto que pois nos todos amamos naturalmente huus os outros, deuemonos de acorrer

em nossas necessidades. E esto nom he al se nom fazer o bem e dar mercees. Em que parece que a ello somos todos obrigados. E tanto he esta obrigaçion exertada em nossa natureza, que o boo sente empacho quando della nom pode usar, aynda que nom tenha cousa que possa outorgar a outrem. E por esto he sentença de aristotilles, segundo se lee em o liuro da uida, e costume dos philosophos, que elle disse, que huu sôo empacho sentia da pobreza e da mingua que nom podia acorrer aaquelles que auyan mester que esto he cousa natural a cada huu homem que o que pode fazer (D. Pedro, 1981, p. 577).

De acordo com o autor, conforme observado, toda pessoa, com formação virtuosa, é capaz de praticar benfeitoria e viver em comunidade. Mais uma vez retoma o entendimento de Aristóteles de que o homem é um animal político que existe somente a partir do convívio com os outros. É no interior dessas relações que a benfeitoria pode ser praticada já que todos possuem relações de interdependências.

Todavia, ainda que todos possuam condições de promover benfeitoria, os senhores e o governante são os mais ‘aptos’, por terem mais riquezas e pode

E nom entendamos esta chegada em stado naturall, em que todos somos yguaaes, nem em stado spiritual em o quall cada huu he mais perfeyto, segundo que mais ama deos mas em stado moral, que pertencee aa gouernança do mundo, possuem os príncipes singullar perffeçon. E portanto elles deuem receber speçial Influência perque ponham em obra os auctos das benefeyturias. E esto se pode prouar per tres rrazões. E a primeyra fundada em natureza he tall. Quall quer padre deue auer cuydado de gouernar seus filhos, assy como suas proprias cousas. Porem como os príncipes sejam padres dos seus como proprios subdictos, os quaaes elles geeram assy como naturaes marydos com a terra que he seu senhorio. Seguesse que lhes deue fazer o bem acorrendo aas minguas das suas feyturas (D. Pedro, 1981, p. 578).

Na verdade, a prática da benfeitoria evidencia que os homens podem ser iguais em relação à condição animal, afinal, todos possuem as mesmas características biológicas, têm as mesmas condições espirituais, pois, potencialmente, podem fazer uso da sua condição intelectual. Contudo, em relação às condições econômicas e políticas, os homens são desiguais. A partir dessa condição, o Infante D. Pedro defende que aqueles que possuem maiores poderes na sociedade devem zelar pelo povo e promover a benfeitoria dos súditos do reino. Logo, caberia ao rei e aos príncipes protegerem a todos, do mesmo modo que os pais que promovem a benfeitoria a seus filhos. Do ponto de vista do Infante, o poder do governante e dos nobres deve servir ao povo. O possuidor de poder e riqueza deveria ter responsabilidade e não privilégios.

Para exemplificar os argumentos que tornam o rei e os príncipes mais capazes de produzir benfeitoria, em virtude do ‘lugar’ que ocupam na sociedade, Infante D. Pedro retoma Tomás de Aquino.

Sam thomas antre os douctores theologos mais claro enssynador, diz em o ij liuro da ij parte da theolesie, em a centésima octava questom, que toda obra se torna naturalmente aa causa de que primeyramente proçede. E porem pois o outorgador he causa principal do benefiçio que outrem recebe. Requeresse per natural hordenança, que a benffeytura a elle se torne, per conuenhauel agradecimento. E por este rretornamento podemos entender natural semelhança antre as obras da natureza, e aquellas que fazem ajuda moral, porque todas trazem rretornança perteeçente, partindosse do seu começo, e conthinnuando prosseguimento, atees que a elle tornam em fim. Em prouaçom desto, diz salamom em o liuro eclesiastes, que o sol naçe sobre a terra, e cercando todallas cousas tornase ao logar, donde começou de parecer. E os rryos procedem do mar, e nom cessando de fazer seu curso, de continuamente a elle se tornam. Semelhante cousa se faz em a uida moral, porque todo benefiçio, que de liberal uoontde proçede, faz seu curso dereyto, atees que chega ao rreçebedor conuenhauel. E logo ordenadamente se torna per gradeçimento ao logar, onde a libealeza lhe outorgou seu nascimento. E per tall rretornamento se faz amauiosa liança, ante os benfeytores e os rreçebedores, da quall falla Túlio dizendo que nenhuu seruiço he mais neçessaryo que o agradecimento, pelo quall o bem se torna aaquelle que o deu (D. Pedro, 1981, p. 702).

Mais uma vez, o Infante retoma Tomás de Aquino como professor de teologia para explicitar que é da natureza de todas as coisas que o rei e os príncipes promovam o bem de seus súditos, porque a eles foram concedidas as funções que os tornam capazes de benfeitoria. A relação que o autor estabelece entre os elementos da natureza como os rios que se dirigem ao mar, o sol nasce todos os dias sobre a terra, os príncipes nasceram com o direito, o poder e a riqueza de promover a benfeitoria. Portanto, se não promoverem o bem para todos, agiriam contra a natureza de seu lugar social, de seu nascimento. Nesse sentido, ser rei e príncipe seria, reiteramos, ter responsabilidade para com a comunidade e não privilégio de ordem.

Ainda a respeito dessas reflexões do Infante, é inconteste a forte influência escolástica na formação desse intelectual, tal como os autores medievais, a exemplo de Tomás de Aquino, construiu seus argumentos de acordo com passagens da Bíblia e de escritos de teóricos antigos e medievais, especialmente Aristóteles e Tomás de Aquino.

Desse modo O Infante D. Pedro buscou refletir sobre as questões de seu tempo, especialmente sobre as responsabilidades e a formação de quem assume posições de governo, sem descurar dos fundamentos que, no seu entendimento, poderiam sustentar o presente e o futuro da sociedade em que vivia. Assim como na imagem do carvalho invocada por Montesquieu, o intelectual português entendia que raízes profundas são essenciais à constituição de um governante capaz de virtuosa benfeitoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de considerações finais argumentamos que o projeto contido n' *O livro da virtuosa benfeitoria* apresenta uma proposta de sociedade para um reino que estava sofrendo alterações profundas em sua estrutura. O reino português da Dinastia de Avis, do qual o autor é legítimo representante, foi erigido com forte apoio de membros do Terceiro Estado, mas ainda possuía natureza feudal, com instabilidades políticas e econômica, mas, ao mesmo tempo, um Estado que se expandia por meio de conquistas em territórios africanos, como a de Ceuta, por exemplo.

O livro foi encomendo por D. Duarte quando ainda não tinha assumido o governo do reino, mas tinha consciência das implicações que o seu posto apresentaria. Assim, ainda que o projeto do Infante possa parecer, hoje, uma utopia, como mencionamos no início, indubitavelmente, ele propôs uma sociedade na qual todos teriam um lugar nela, seguindo os princípios de Aristóteles e, ao mesmo tempo, o governante e todos os que os que o cercavam com cargos deveriam prover o bem e proteger os súditos do reino. Por conseguinte, na proposta desse intelectual havia lugar para todos, ainda que baseadas em relações hierarquias e desiguais. A indagação que nos fica é: qual é o nosso projeto de sociedade para o século, particularmente, a partir da Universidade?

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. E-book. Kindle.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Madamu, 2024.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CARNIEL, Fagner; LACRUZ, Adonai José; AMÉRICO, Bruno Luiz; MATHIAS, Meire. Estudos decolonias nos circuitos hegemônicos da produção acadêmica brasileira. **Cad. EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, e2022-0230, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220230>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/W8ZtBsxZFdT7jmn36ZrkNnP/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2026.
- COSTA, Anabela. **Viseupédia** (Grupo de amigos do Museu Grão Vasco, Viseu, n. 24, dez, 2012.

EZÍDIO, Camila. A filosofia política de Tomás de Aquino: a natureza humana como centro da argumentação. **Perspectiva Filosófica**, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2021.251909>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/251909>. Acesso em: 04 mar. 2026.

FREIRE, Milena Silva; ROLIM, Deyvison Couras; XAVIER, Antônio Roberto. Educação Política para a democracia e cidadania na Constituição Federal do Brasil de 1988. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 15, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2986>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2986>. Acesso em: 22 mar. 2026.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003

MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I**. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Edipro, 2023.

OLIVEIRA, Terezinha. Reflexões sobre o governo de D. Pedro: Évora como exemplo de “luta” do povo miúdo cidadão. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 16-26, 2022. DOI <https://doi.org/10.18224/mos.v15i2.12665>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/12665>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PEDRO, Duque de Coimbra, 1392-1449. Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: M. L. Almeida. **Obras dos príncipes de Avis**. Porto, PT: Lello & Irmão, 1981. p. 525-763.

RIBEIRO, Francisco de Almeida. **Pela mão do Infante D. Pedro**: pensamento político e dinâmicas de poder no Portugal tardo-medieval. 2022. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/104078>. Acesso em: 14 fev. 2026.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

STREFFLING, Sergio Ricardo. Os fins da política no de Regno de Tomás de Aquino. **Philosophos – Revista de Filosofia**, Goiânia, v. 27, n. 1, p.1-28, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/phi.v27i1.71918>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/71918>. Acesso em: 23 fev. 2026.

TOMÁS DE AQUINO. **Do governo dos príncipes ao rei de Chipre**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VERBA, Frei João. **Livro da Virtuosa Benfeitoria** [manuscrito]. [c. 1430/1433]. 133f. perg. Cofre 12.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné** [manuscrito]. [c. 1450-1460]. 1 ms. (fólio 5vº e fólio 6). Depositado na Bibliothèque Nationale de France (BNF), Paris. Códice Português 41 (Coleção Cortez-D'Estrées).

Histórico Editorial

Submetido: 03 de março de 2026.

Publicado: 14 de julho de 2026.

Minicurrículo

Terezinha Oliveira

Possui doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997). Realizou, em 2004, estágio de Pós-Doutorado em História e Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da USP. É professora titular da Universidade Estadual de Maringá junto ao Departamento de Fundamentos da Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. É Editora Científica da Revista *Acta Scientiarum Education, Imagens da Educação*, Editora Revista *Notandum* e Editora de Seção da *Revista Brasileira de Educação* desde março de 2022.

Líder do Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação nas épocas Antiga e Medieval (GTSEAM) e do Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar Clássicos na Educação. É investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura junto à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudios Clásicos y Medievales - Gonzalo Soto Posada (CESCLAM).

Contribuição de autoria: Investigação, a conceptualização, a redação – rascunho original, revisão e edição, visualização e supervisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7525108577501517>

Meire Aparecida Lôde Nunes

Possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2015), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2010), graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (1994). É professora associada da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) atuando no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (campus de Campo Mourão) e no curso de graduação em Educação Física (campus de Paranavaí).

Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Corporais (LEC). Membro do Núcleo Interdisciplinar Clássicos na Educação (NICE, UEM). Tem experiência e desenvolve pesquisas nas áreas: Educação Física (Fundamentos da Educação Física; Sociologia e Ética, Dança), Fundamentos da Educação (filosofia e historiografia da educação) e estudos das imagens.

Contribuição de autoria: Conceptualização, redação, revisão e edição do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7589708901294641>

Rafael Henrique Santin

Possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) - Campus Campo Largo. Editor da Revista *Notandum* (USP/UEM). Membro da equipe técnica da Revista *Imagens da Educação* (UEM).

Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino na Medievalidade, Modernidade e Contemporaneidade (GPEMC-UNESPAR); Pesquisador e vice-líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação para Ciências e Matemática (GCiMat-IFPR).

Contribuição de autoria: Conceptualização, redação, revisão e edição do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6832826542406017>

COMO REFERENCIAR – ABNT

OLIVEIRA, T.; NUNES, M. A. L. N. A.; SANTIN, R. H. Formação do governante na Baixa Idade Média: reflexões sobre o livro da Virtuosa Benfeitoria na perspectiva da história da educação. **Revista Exitus**, Santarém/PA, e026022, V. 16, n.1., 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3095>

COMO REFERENCIAR – APA

Oliveira, T., Nunes, M. A. L. N. A., & Santin, R. H. (2026). Formação do governante na Baixa Idade Média: reflexões sobre o livro da Virtuosa Benfeitoria na perspectiva da história da educação. *Revista Exitus*, Santarém/PA, e026022, V. 16, n.1., 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3095>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.